

# Grupo Paranapanema polui rios e ameaça os Waimiri-Atroari

Dia 3 de maio passado, o sertanista Porfirio de Carvalho deparou-se com o que viria a definir, depois, como o maior desastre ecológico que ele já detectou, pessoalmente, na Amazônia. Tratava-se das consequências do rompimento de nove tanques de decantação que a Mineração Taboca S/A, do Grupo Paranapanema, utiliza na exploração da mina de Pitinga, localizada no norte do Amazonas.

Pelo menos 700 mil metros cúbicos de resíduos químicos da lavagem de cassiterita poluíram os rios Tiaraju, Alalau e Jauperi (afluentes do rio Negro), tendo como vítimas diretas 374 índios Waimiri-Atroari. O afugentamento dos peixes, os distúrbios gástricos causados aos indígenas que consomem a água e outras consequências prejudiciais à sua saúde são danos constatados de imediato. As dimensões do desequilíbrio causado ao ecossistema continuam sendo averiguadas pelos órgãos competentes.

## Manaus ameaçada

O fato não teria vindo à tona se Porfirio de Carvalho não estivesse nas imediações do rio Alalau, quando observou o turvamento das águas. Ele denunciou o fato à imprensa manauara, que foi ouvir a diretoria da empresa. Esta acabou confessando que o rompimento havia ocorrido desde o dia 1º, sem que qualquer medida tivesse sido tomada até que o desastre se tornasse de conhecimento público.

Ao PORANTIM, o sertanista admitiu a possibilidade de a poluição alcançar, de alguma forma, o rio Negro, o que, conseqüentemente, atingiria os municípios da redondeza, inclusive a cidade de Manaus, abastecida por ele.

## Omissão

Comunicados anteriores encaminhados à Funai, expondo fatos dessa natureza, já haviam sido feitos. Em agosto do ano passado, o antropólogo Stephen Baines já informava a preocupação dos Waimiri-Atroari diante da poluição de igarapés nas margens do Alalau, pelos resíduos químicos da Taboca S/A. O missionário Egidio Schwade e o próprio Porfirio de Carvalho também haviam prevenido a Funai das possibilidades dessas ocorrências. E a Funai não tomou qualquer atitude.

Por seu lado, a Taboca, em nota oficial divulgada pela imprensa nacional, informa que, "preocupada em não prejudicar os habitantes da região", paralisou os equipamentos de produção por um dia, como se isso bastasse para reparar todos os danos causados. Só em 1984 a empresa faturou 90 milhões de dólares com aquela



A segurança dos Waimiri-Atroari está ameaçada pela poluição que a Mineração Taboca, do Grupo Paranapanema (ver mapa acima), provocou

mina. Na época, ela já utilizava cerca de 4 mil funcionários, que não deixavam de ser uma ameaça à população indígena, cujo contingente é inferior a 500 pessoas. Estranhamente, o superintendente da Funai no Amazonas, Sebastião Amâncio da Costa, apontado como envolvido no desvio de verbas do projeto Calha Norte, alega que não existem danos ecológicos

provocados pela Taboca. E, até o fechamento desta edição, os laudos técnicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e Secretaria de Meio Ambiente ainda não haviam sido divulgados.

## Multas

A presidente do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tec-



nologia do Amazonas (Codeama), Lídia Loureiro, informou ao PORANTIM que a empresa Taboca cometeu numerosas infrações da legislação de mineração e do meio ambiente, e, por isto, está sujeita a multas. Embora essas multas só pudessem ser seguramente calculadas após a análise técnica dos danos, ela avaliou que somariam em torno de Cz\$ 1 milhão 275 mil, carregados para o Estado do Amazonas e Cz\$ 255 mil para os cofres da União.

Além de irrisória para a empresa, dificilmente essa quantia será revertida em benefício dos Waimiri-Atroari. Eles enfrentam, entre outras agressões, a invasão de pelo menos 561 mil hectares de sua área, medida autorizada pelo então presidente João Baptista de Figueiredo, para que o Grupo Paranapanema atuasse plenamente naquela região.

## Desviado dinheiro do Calha Norte

Os povos indígenas do alto rio Negro não usam bola de cristal. Mas nem dela precisaram para desconfiar que recursos do Projeto Calha Norte destinados às suas comunidades poderiam ter outro destino, como várias lideranças afirmaram ao titular da 5ª Superintendência Executiva Regional da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, durante a última assembléia do alto rio Negro. O que essas lideranças não "adivinharam" é que o próprio Sebastião Amâncio pudesse estar envolvido num caso de desvio de verbas, conforme denunciou no dia 7 de maio o deputado Sebastião Reis, líder do PDT na Assembléia Legislativa do Amazonas. Segundo o parlamentar, Amâncio favoreceu a empresa "Fritec - Comércio e Importadora Ltda", de Manaus (AM), adquirindo dela 26 motores de popa Suzuki, modelo BT-25, de 95 cavalos. O problema é

que a Fritec, para fornecer os motores, teve que comprá-los das Casas Pernambucanas, também de Manaus, pagando Cz\$ 34.690,00 a unidade e vendendo à Funai por Cz\$ 57.980,00. As notas fiscais de compra e venda foram apresentadas por Sebastião Reis como prova. Até então, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) já havia alocado à Superintendência do Amazonas recursos no valor de Cz\$ 19.184.000,00.

## "Providências"

No dia seguinte à denúncia, Sebastião respondeu, em nota à imprensa, as acusações. Afirmou ele que os equipamentos foram adquiridos mediante tomada de preços, na qual apenas a Fritec se manifestou. "Alguns dias após a transação", disse, "por denúncia verbal, chegou ao conhecimento do superintendente que teria havido ilicitude na compra e venda" dos motores. E anunciou que uma

auditoria seria feita para "análise completa de todas as operações envolvendo dinheiro do Projeto Calha Norte".

Até o fechamento desta edição, a única consequência da denúncia do deputado tinha sido a transferência de seus cargos de dois funcionários da Superintendência: Roberto Afonso Lasmar, da chefia administrativa, e Edson Veloso Martins, do setor financeiro. Mas, segundo informações de pessoas ligadas à Funai, Edson teria sido afastado de seu cargo não por envolvimento no desvio de verbas do Calha Norte, mas por suas atividades na associação dos funcionários do órgão-tutor. Quanto a Sebastião, o Amâncio, ele continua no cargo. E, segundo nota paga publicada pelo presidente da Funai, Romero Jucá, no jornal A Crítica, de Manaus, assim continuará até que "as denúncias sejam apuradas".